

A revolução do 25 de Abril: memórias e sua transmissão^{1, 2}

Nazaré Torrão

Université de Genève

• nazare.torrao@unige.ch

DOI

<https://doi.org/10.34913/journals/lingua-lugar.2024.e1909>

1 Agradecemos a cedência gratuita de imagens à Biblioteca Nacional (Biblioteca Nacional Digital de Portugal), ao Museu do Aljube, a Bordalo II, à Câmara Municipal de Viana do Castelo e à Câmara Municipal de Lisboa.

2 Este artigo é uma versão alargada e modificada da comunicação apresentada nos festejos dos 50 anos da revolução, organizada pela FAPS (Federação das Associações Portuguesas da Suíça) em Prilly e Rennens.

As comemorações dos 50 anos da revolução que trouxe a democracia a Portugal ocasionaram uma discussão pública sobre a revolução e o modo como diferentes setores da sociedade a recordam e interpretam. Meio século depois do golpe de estado que derrubou um regime ditatorial de 48 anos, o chão comum que se poderia esperar estar consolidado, é ainda percorrido por dissensões que fazem eco ao momento político e social que se vive no presente. Mas não foi sempre assim? Se o dia é recordado de modo bastante consensual como uma festa, como descreve Sophia de Mello Breyner Andresen: “Esta é a madrugada que eu esperava / O dia inicial inteiro e limpo / Quando emergimos da noite e do silêncio [...]” (2015, p. 668), os relatos dos dias turbulentos do processo revolucionário e do seu final são muito menos convergentes, porque as ideologias que se confrontaram na altura ainda defendem versões diferentes desses acontecimentos. Na memória coletiva, esses tempos permanecem confusos. Qual foi a memória que prevaleceu e quando? Por quem foi transmitida? Por que meios? Através do cinema, da literatura, e de algumas incursões na ocupação do espaço público, tentaremos ver quais são as diferentes narrativas que se cruzam na memória colectiva.

Palavras-chave: 25 de Abril; memória; cinema português; literatura portuguesa; revolução.



Les commémorations du 50^e anniversaire de la révolution qui a apporté la démocratie au Portugal ont suscité un débat public sur la révolution et sur la manière dont les différents secteurs de la société s'en souviennent et l'interprètent. Un demi-siècle après le coup d'État qui a renversé

196

un régime dictatorial de 48 ans, le terrain d'entente que l'on pourrait s'attendre à voir consolidé est toujours traversé par des dissensions qui font écho au moment politique et social que nous vivons aujourd'hui. Mais n'en a-t-il pas toujours été ainsi ? Si la journée est commémorée de manière assez consensuelle comme une fête, comme le décrit Sophia de Mello Breyner Andresen : « C'est l'aube que j'attendais / Le premier jour plein et clair / Quand nous émergeons de la nuit et du silence [...] » (2015, p. 668), les récits des journées turbulentées du processus révolutionnaire et de sa fin sont beaucoup moins convergents, car les idéologies qui se sont affrontées à l'époque défendent encore des versions différentes de ces événements. Dans la mémoire collective, ces temps restent confus. Quelle mémoire a prévalu et quand ? Par qui a-t-elle été transmise ? Par quels moyens ? A travers le cinéma, la littérature et quelques incursions dans l'occupation de l'espace public, nous tenterons de voir quels sont les différents récits qui se croisent dans la mémoire collective.

Mots-clés : révolution des œillets ; mémoire ; cinéma portugais ; littérature portugaise ; révolution.

LIBERDADE!

*Liberdade, Liberdade, gritava-se em todas as bocas,
aquilo crescia, espalhava-se, num clamor de alegria cega,
imparável, quase doloroso, finalmente a Liberdade!, cada pessoa
olhando-se aos milhares em plena rua e não se reconhecendo
porque era o fim do terror, o medo tinha acabado, ia com certeza
acabar neste dia, neste abril, abril de facto, nós só agora é que
acreditávamos que estávamos em primavera aberta depois de
quarenta e sete anos de mentira, de polícia e ditadura. Quarenta
e sete anos, dez meses e vinte e quatro dias, só agora.*

José Cardoso Pires³

*Naquela espécie de euforia entre brutal e graciosa que invadira a cidade
e até o próprio recinto da pequena comunidade familiar,
[...], Isabel compreendeu que uma era diferente estava em marcha.
Não se tratava de revolução no sentido que cada um lhe queria dar, um
triunfo, uma aposta sobre uma classe, por exemplo; era alguma coisa de
mais profundo, talvez a extinção de um medo milenário, do desprezo por
si próprio.*

Agustina Bessa-Luís⁴

*Precisamos de matéria para esquecer tanto quanto precisamos de matéria
para lembrar. Uma é a condição da outra. As duas juntas, como conchas,
fazem a nossa alma.*

Lídia Jorge⁵

³ Alexandra Alpha (1987), p. 340.

⁴ Crónica do Cruzado Osb. (2007), p. 48.

⁵ Os Memoráveis (2014), p. 234.

O som dos passos cadenciados que abrem *Grândola Vila Morena*, os primeiros acordes de *A Life on the Ocean Wave*, de Henry Russel, música conhecida como o hino do MFA, a imagem de um cravo vermelho funcionam para a maioria dos portugueses como o cheiro da madalena para Proust, desencadeando um processo de associação de diferentes memórias: tanto para os que eram nascidos em 1974 e acompanharam o golpe de estado pela rádio ou nas ruas de Lisboa, como para os que nasceram depois. Para todos, as memórias desse dia estão ligadas à forma como viveram o dia da revolução ou o dia em que ouviram falar dela. Estas memórias misturam-se ainda com outras posteriores, relatos do acontecimento feitos por outras pessoas ou infundidas por produtos culturais, como programas de rádio ou de televisão, entre outros. Qualquer memória é sempre composta por uma mistura de memórias pessoais combinadas com as de outras pessoas e influenciadas pela nossa própria experiência, esse processo dará origem a uma narrativa pessoal dessa recordação ainda que se trate de um facto que integre a memória coletiva, num “processo espontâneo de transformação da memória em narrativa” (Freeman, 2010, p. 263).⁶

Quem criou as memórias que temos e que contamos uns aos outros sobre a revolução do 25 de abril?

50 anos depois do acontecimento, muitos testemunhos foram recolhidos, alguns dos homens que fizeram história ainda vivem e continuam a dar testemunho, historiadores e sociólogos investigaram, autores escreveram romances e poemas, cineastas fizeram filmes, jornalistas noticiaram, outras pessoas, gente comum que viveu nessa época, deram testemunho e contaram aos seus filhos e netos esses tempos de grande mudança, de mudança abrupta e, para alguns, drástica. Porque uma revolução não é apenas uma inversão da estrutura política e social de um Estado, de um grupo que toma o poder de outro, uma revolução é também uma súbita transformação económica, moral e cultural. E quando muitas coisas mudam ao mesmo tempo, há entusiasmo por essas mudanças, mas também há sempre resistência. Uma revolução, mesmo no caso muito feliz da revolução portuguesa, que foi uma revolução em que correu pouco sangue, pensando no que poderia ter acontecido,⁷ é um acontecimento que envolve vencedores e vencidos, cujos sentimentos e memórias não são os mesmos. As memórias da geração que a viveu

6 Consider in this context the fact that much of what we remember about the personal past is suffused with other's memories – which are themselves suffused with other other's memories. Consider as well the fact that much of what we remember is also suffused with stories we have read and images we have seen, in books and movies and beyond. And, not least, consider the fact that all of this extraneous «second-hand» material will be folded into whatever «firsthand» material there may be through a process of narrativization, that is, a quite spontaneous process of transforming memory into narrative.

7 Cinco mortos e quarenta e cinco feridos, no único confronto em que as forças do regime (no caso, agentes da polícia política) chegaram a disparar contra os revoltosos.

influenciam muitas vezes as perspectivas e os sentimentos das gerações futuras. De facto, segundo Paul Ricoeur,

199

O que celebramos como acontecimentos fundadores [na história de um povo, e a revolução de 25 de abril é o acontecimento fundador da nossa sociedade democrática] são essencialmente atos violentos legitimados a posteriori por um precário Estado de direito. O que foi glória para uns, foi humilhação para outros. À celebração, por um lado, corresponde a repulsa, por outro. É desta forma que as feridas simbólicas são armazenadas nos arquivos da memória coletiva, apelando à cura (Ricoeur, 2000, p. 96).⁸

O processo revolucionário em curso (PREC), como é conhecido o período entre o 25 de abril de 1974 e o 25 de novembro de 1975, foi turbulento, como qualquer processo revolucionário, passando por diversas fases,⁹ em que diferentes correntes se defrontaram, cada uma contando uma história diferente e tendo cada uma delas de encontrar uma forma de conviver e de curar as suas mágoas de vencidos num ou outro momento.

No tempo decorrido entre estas duas datas muitas mudanças ocorreram na sociedade portuguesa. Com a abolição da censura e a conquista da liberdade de expressão, as pessoas perceberam o que tinham o direito de esperar do Estado e ousaram falar e exigir o que antes lhes era negado. Perceberam que tinham uma palavra a dizer sobre o curso da história do país e da sua própria história, mais pequena mas igualmente importante. E as reuniões plenárias para a tomada de decisões coletivas generalizaram-se (escolas, universidades, jornais, fábricas, herdades, etc.). As reivindicações de melhores condições de vida explodiram e o primeiro aumento salarial ocorreu um mês após a revolução. Ao mesmo tempo, foram expulsos os diretores de empresas, escolas, jornais e outras instituições, suspeitos de terem ajudado o regime e de partilharem os mesmos ideais. As ideias de igualdade de género, que tinham sido apanágio da élite intelectual de esquerda, foram divulgadas e discutidas (e mesmo adotadas) em muitos lares e na sociedade em geral. Surgiram movimentos espontâneos de base para melhorar a situação das camadas mais desfavorecidas da população: sendo as comissões de moradores

⁸ Ce que nous célébrons sous le titre d'événements fondateurs sont pour l'essentiel des actes violents légitimés après coup par un état de droit précaire. Ce qui fut gloire pour les uns, fut humiliation pour les autres. À la célébration d'un côté correspond de l'autre l'exécration. C'est ainsi qui sont emmagasinés dans les archives de la mémoire collective des blessures symboliques appelant guérison.

⁹ É mais ou menos consensual dizer que o período revolucionário vai de 25 de abril de 1974 a 25 de novembro de 1975. Habitualmente os historiadores dividem o processo revolucionário em três fases marcadas por golpes (ou tentativas de golpes) militares: a primeira de 25 de abril a 28 de setembro de 1974; a segunda de 28 de setembro de 1974 a 11 de março de 1975; e a terceira de 11 de março de 1975 a 25 de novembro de 1975. O 28 de setembro e o 11 de março foram duas tentativas de golpe diferentes, mas ambas levadas a cabo por forças ligadas ao General António de Spínola, que fracassaram e fizeram com que os movimentos da esquerda ganhassem ainda mais poder. A parte da população que apoiava a ala do General Spínola nunca se sentiu representada pelas forças democráticas e parte dela chegou a criar partidos de extrema-direita, enquanto outra parte se absteve de qualquer ação apesar do descontentamento. Uma nova tentativa de golpe, desta vez pela esquerda, em 25 de novembro de 1975, fracassou e foram as forças que reagiram à tentativa de golpe, representando as forças moderadas do movimento militar e dos partidos políticos, que saíram vitoriosas.

para melhorar as condições de vida nas aldeias sem água corrente ou eletricidade, ou nos bairros populares das cidades, as ocupações de casas desabitadas para criar creches, jardins de infância ou clínicas, as campanhas de alfabetização nas quais jovens estudantes organizaram cursos noturnos para ensinar a ler e escrever a quem não sabia, as de maior relevo. Todas estas iniciativas populares foram seguidas de legislação que as legalizou e, nalguns casos, as organizou após o seu início espontâneo, mesmo as mais polémicas como a reforma agrária, com a ocupação de grandes propriedades agrícolas e a sua gestão pelos camponeses, ou a ocupação de fábricas. Muitas vezes, mas nem sempre, os trabalhadores tentavam simplesmente evitar perder os seus empregos, porque os patrões se tinham assustado e fugido do país, deixando os locais de trabalho e as suas propriedades abandonados.

Estes movimentos espontâneos da população foram acompanhados de grandes mudanças políticas levadas a cabo pelo governo: o fim de todas as instituições de controlo do regime – como a polícia política, a Mocidade Portuguesa e a Legião Portuguesa –, a prisão de agentes da polícia política, a demissão dos membros do governo, o fim da censura a todas as publicações e a introdução da liberdade de expressão, a libertação de presos políticos, o início das negociações para o fim da guerra colonial na Guiné, em Angola e Moçambique, a realização de eleições livres pela primeira vez na história do país, com a participação de 91,2% dos eleitores. Todos estes acontecimentos suscitaron reações muito diferentes, consoante o campo a que se pertencia.

Diversidade de vivências

Imediatamente após a revolução, numa altura em que a condenação do Estado ditatorial e a esperança de mudança ganhavam terreno na opinião pública, o campo mais mediatisado era claramente o dos que se regozjavam com a revolução. Todos os jovens condenados a combater na guerra colonial, a perder dois anos da sua vida, ou mesmo a vida, ou a regressar inválidos, as suas famílias que se alegravam por estes já não terem de partir, todos aqueles que tinham lutado pela liberdade e pela democracia e que tinham sofrido o exílio, a clandestinidade, a prisão, ou que, muito simplesmente, queriam viver em liberdade como outros países ocidentais jubilavam. É preciso lembrar que o divórcio era praticamente proibido,¹⁰ condenando muitos ao estigma social se terminassem a sua vida em comum, a ascensão social era muito

¹⁰ O divórcio era proibido para todos os que se tinham casado segundo o rito da Igreja Católica e era permitido para os casamentos civis. No entanto, dado o número muito reduzido de casamentos não religiosos, o divórcio era proibido para a esmagadora maioria da população portuguesa. Em 1960 mais de 90% da população que se casava realizava um casamento católico, em 1970 era quase 90% e em 1975 era ainda 80% (Almeida, 2011, p. 85).

limitada e a reprodução social era a regra: a minoria que nascia rica continuaria rica e os que nasciam pobres continuariam pobres. Para os povos das colónias, a possibilidade de uma independência mais rápida e o fim das guerras de independência eram também motivos de alegria. Para eles, o 25 de Abril foi, nas palavras de Sophia de Mello Breyner Andresen, "O dia inicial inteiro e limpo / Quando emergimos da noite e do silêncio" (Andresen, 2015, p. 668).

Os intelectuais na sua grande maioria aderiram espontaneamente a este espírito de festa e de exultação da liberdade. Na Associação Portuguesa de Escritores houve uma reunião para preparar a primeira manifestação livre do 1º de Maio e se escolherem as frases para o desfile. É nesse contexto que surge a frase "A poesia está na rua" da mesma poetisa, que virá um ano mais tarde a inspirar a criação de um dos cartazes mais conhecidos dos festejos do 25 de Abril, com uma pintura de Maria Helena Vieira da Silva¹¹ [imagem 1].

11 Numa entrevista publicada no site da Biblioteca Nacional (<https://purl.pt/19841/1/1970/1970.html>) Sophia conta como surgiu essa frase e no site da Fundação Calouste Gulbenkian (<https://gulbenkian.pt/biblioteca-arte/read-watch-listen/a-poesia-esta-na-rua/>) é narrado todo o processo de criação do cartaz, que teve duas versões, sendo a mais conhecida a segunda, mais figurativa com pessoas nas ruas de Lisboa, em vez da primeira versão com as ruínas do Carmo (igreja situada no Largo do Carmo, onde decorreu o cerco do quartel do mesmo nome com a consequente rendição do governo do Estado Novo).



imagem 1

Primeira versão do cartaz de Vieira da Silva com as ruínas do Convento do Carmo, Biblioteca Nacional Digital de Portugal

Exemplo desse espírito coletivo de celebração democrática da liberdade recém conquistada é a pintura coletiva de um mural no Mercado do Povo, sendo a parede dividida de forma aleatória pelos 48 artistas, tantos quantos os anos de ditadura, e a sua execução acompanhada por performances artísticas várias. A iniciativa intitulada *Festa*, teve lugar na data habitual da celebração do dia de Portugal, 10 de junho, testemunho maior da nova era que o país vivia. O sentimento de liberdade e de empoderamento da população fez-se sentir pela mesma ocasião, dado que os populares, crianças e adultos, inspirados pelo exemplo dos artistas e do assalto às paredes das cidades, que se tinham tornado numa galeria pública e num espaço de troca de informação política, decidem iniciar eles também a pintura coletiva duma torre de tijolos e de um outro muro. Infelizmente um incêndio em 1981 destruiu o painel coletivo de artistas, de que nos resta um filme *Pintura Coletiva*, de Manuel Costa e Silva. O cinema foi aliás uma das artes que se empenhou também de imediato na revolução, registando os acontecimentos, filmando a história em bruto através de coletivos de realização¹² e mais tarde organizando essas imagens através da montagem de filmes, documentários ou ficções que integram imagens de entrevistas a populares, de manifestações, de todo o tipo de acontecimentos que compuseram a revolução, cujos intervenientes deixaram de ser apenas os tradicionais atores políticos, para integrar a população na sua grande diversidade. São estas imagens que constroem grande parte da nossa memória coletiva da revolução, tanto auditiva (canções, slogans, vozes...), como visual (paredes pintadas, punhos brandidos, marchas de tratores, etc.).

Por outro lado, há a franja da população dos que foram derrotados, aqueles que estiveram do lado errado da história: os dignitários do regime, aqueles que viram as suas casas, fábricas e propriedades ocupadas, aqueles que fugiram do país, mas que, na sua maioria, regressaram depois de 1978, ou mesmo antes. Os seus pontos de vista estão menos presentes nos filmes realizados na altura, mas mesmo assim podemos ouvir alguns dos expatriados da época exprimirem-se, como é o caso do Duque de Lafões, no famoso filme de Thomas Harlan sobre a ocupação da herdade Torre Bela. Em *Crónica do Cruzado Osb.*, Agustina Bessa-Luís representa também esse espírito da sociedade.

Muitos daqueles que tinham primeiro ficado incrédulos do desastre da sua carreira e da sua fortuna, outros que tomavam como ardor pátrio o desaire da sua magistratura na sociedade e se comprometeram em pequenas tramas logo dissuadidas e cortadas pela base, esses acabaram por partir. Levavam móveis e jóias, e algum houve que, na avidez dos últimos escudos,

12 Podemos referir o Grupo Zero, a Cinequanon, a Cinequipa, a Vir Ver, Coletivo de Trabalhadores da Atividade Cinematográfica, entre outras organizações.

até carregou de arroz a mala do carro, de mistura com palha fina onde aconchegava pratos da Índia ou calçado usado. E, ao contrário desses, havia quem vendia ao desbarato objectos raros, tocheiros, quadros, coleções de caixas e moedas, vestidos com marca de Paris, peles de grande preço. Fundiam-se pratas antigas como se fosse estanho, produto de roubos, de negócios escuros com ourives recetadores (Bessa-Luís, 2007, pp. 46-47).

Após a tentativa falhada de golpe de estado do Presidente General António de Spínola, a 28 de setembro de 1974, vários partidos de extrema-direita (Movimento Federalista Português-Partido do Progresso, Partido Liberal, Partido Nacionalista Português, entre outros) foram ilegalizados pelas autoridades políticas e militares. Os seus militantes radicalizaram-se ainda mais e, alegando lutar por um regime democrático pluralista, criaram três organizações terroristas que incendiaram e ensanguentaram Portugal: o Exército de Libertação Português (ELP), o Movimento Democrático de Libertação de Portugal (MDLP) e o Plano Maria da Fonte. Estes atos violentos prolongaram-se até 1978.

Esta não era seguramente a fação maioritária da população, mas mesmo se uma larga maioria aderiu à revolução, digamos que nem sempre o fez de forma consciente, refletida ou generosa. Havia uma parte da população, esmagada por anos de frustração, que via a revolução simplesmente como uma solução para todas as carências que sentira ao longo da vida e que, ao mesmo tempo, temia que o pouco que possuía pudesse desaparecer com as mudanças súbitas que se avizinhavam. Agustina Bessa-Luís expressa o sentimento desta camada da população no seu romance *Crónica do Cruzado Osb.:*

A revolução acordava nele a luta acobardada duma vida inteira, a sua preguiça contrariada pelos horários de trabalho, os superiores, as obrigações do cargo. Apetecia-lhe renegar tudo o que até aí o oprimira e vencera; e também um medo, a que condicionava o seu bem-estar adquirido, o nome feito, as pequenas confabulações profissionais, vinha gelar-lhe as mãos e pôr-lhe na garganta um soluço, uma secura (Bessa-Luís, 2007, p. 37).

Não devemos esquecer uma grande parte da população que, pura e simplesmente, nunca tinha tomado partido contra a ditadura, mas que, no contexto das novas informações sobre o que se passava sob o regime, perante as novas opiniões finalmente expressas publicamente, se decidiu e apoiou a revolução. Seriam essas pessoas que, alguns dias antes do 25 de Abril, se fechavam atrás das suas portas e janelas para não ajudarem os estudantes de Lisboa que fugiam da polícia política, e que, nesse mesmo dia, observaram, por detrás das suas janelas, os movimentos das tropas

para verem quem venceria. Também eles, dias depois, a 1 de maio, saíram à rua para gritar em uníssono "O povo unido jamais será vencido".¹³

Uma diferença no modo de viver a revolução e da sua memória terá sido não só a classe social em que cada um se inseria, mas também, de forma determinante, o lugar onde se vivia. O filme *Bom Povo Português*, de Rui Simões [imagem 2], um testemunho pungente sobre esse período e as suas contradições, mostra de forma contundente as divisões que perpassavam a população, colocando em evidência a sua diversidade: do norte, do sul, camponesa, urbana, operária, intelectual, nascida na política ou vivendo à margem dos acontecimentos preocuentes, uma população atravessada por diferenças gritantes ou, como diz a voz-off, "um país de níveis arqueológicos sucessivos que coexistem no tempo". Os ritos de uns não são compreendidos por outros: os ritos do poder e da política são incompreendidos pelos camponeses do norte do país, tal como os seus rituais religiosos e rurais são incompreendidos pelos habitantes das cidades e do sul rural. Assim, uma camponesa do norte afirma no filme que a revolução há-de ter melhorado a vida de alguns, mas que na dela não sente qualquer diferença: se não plantarem, não comem.

13 Muitos testemunhos sobre a ditadura e sobre a revolução vieram a público durante o ano de 2024, um deles foi o do cronista do Expresso, Miguel Sousa Tavares, disponível em <https://leitor.expresso.pt/semanario/semanario2671/html/primeiro-caderno/a-abrir/opiniao/a-voz-do-povo-1> 04.01.2024, consultado a 24.03.2024, em que faz referência a essa manifestação de estudantes e à reação da população.

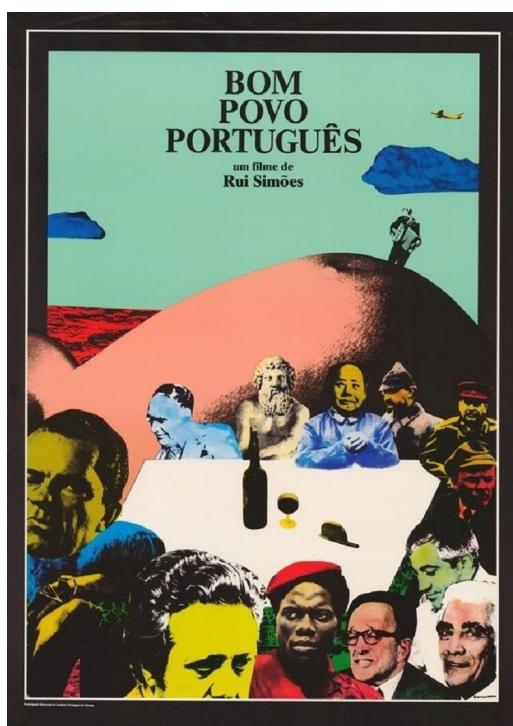


imagem 2

Cartaz do filme *Bom Povo Português* de Rui Simões.

Em 2006, outra mulher do norte rural, Belmira Correia, em *Cartas a Uma Ditadura* [imagem 3], quando perguntada sobre o que é a democracia não sabe responder e quando questionada sobre a liberdade, em resumo, considera que é poder comprar o necessário para comer, sem ter medo que o sustento venha a faltar. Sabe contudo fazer a diferença entre os tempos de fome, privações e obscurantismo do Estado Novo e o novo regime que lhe permitiu “dar um curso” a todos os netos.

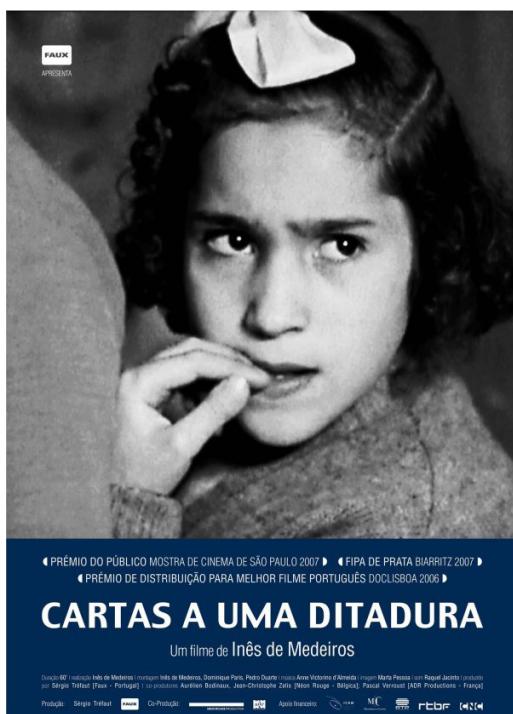


imagem 3

Cartaz do filme *Cartas a Uma Ditadura* de Inês de Medeiros

Essa falta de esclarecimento de conceitos políticos mais comuns no mundo urbano, mas um conhecimento profundo da vida, guiado pelo instinto, é também representado em *O Dia dos Prodigios* de Lídia Jorge. Perante a boa nova da revolução que os soldados, numa das frequentes sessões de esclarecimento, vêm trazer a uma aldeia algarvia, o sentimento suscitado é o de desencontro e de certa forma defraudamento perante a incompreensão entre os dois mundos:

Todos os presentes se entreolharam e sentiram alguma vergonha de si próprios. Os soldados tinham abalado, encarregados sem dúvida de levar a visão a outros sítios. Viam. Olhando-se nos olhos uns dos outros. Que se tinham alvoroçado por um nada. [...] Esses que aí vieram mostrar-se nem chegaram a ouvir a voz da gente. [...] – Quiseram ensinar. En si nar. Mas ninguém compreendeu as palavras tio José Jorge. Também ninguém

reconheceu o estandarte. Eles vinham de repelão. Nem plantaram seu pezinho em terra. Foi só de vivas. Parecia que traziam fogo nas rodas. A princípio eu também chorei. Era uma voz. Uns gestos. Umas palavras. Toda a gente que ainda aí mora pelos monturos a chegar. Fazia estremecer a carne. Pôr nervosa a alma. Mas não houve tempo para nada. No fim eu disse. Isto foi mangação que aqui vieram fazer (Jorge, 1995, pp. 186, 191).

Todavia se há grupo social que se sentiu particularmente defraudado com a revolução, com perfeita consciência política do que lhe acontecia, foi, no seu conjunto, o dos portugueses que viviam nas colónias. Estima-se que entre 500.000 e 800.000 pessoas tenham regressado a um país com 8 milhões de habitantes na altura. Uma grande parte dessa população continua a ver Mário Soares como um traidor, pois foi quem negociou as independências, apesar de a maioria dos retornados se ter integrado na sociedade e de haver vozes do grupo a denunciar o colonialismo.¹⁴

Esta diversidade de experiências, algumas claramente sentidas e manifestadas, outras enterradas e envergonhadas, mas que também estavam lá, pode dar uma outra perspetiva ao que parece ser uma viragem recente na imagem e na memória da revolução numa percentagem considerável de portugueses, ou, dito de outra forma, uma revalorização do regime anterior, expressa sem peias.

Evolução da memória institucional da revolução

Estas vivências diversas do momento revolucionário, se por um lado influenciam a memória de cada um, não têm que permanecer ao longo do tempo. As mudanças de perspetiva e de opinião fazem parte da natureza humana. A história avança, a sociedade muda e nós mudamos com ela. A sociedade que nos rodeia e a nossa evolução enquanto indivíduos alteram a nossa forma de ver o mundo e também a história e a memória. Segundo Maurice Halbwachs, não existe um pensamento puramente individual: as nossas ideias provêm dos outros. Segundo Halbwachs, a memória é uma construção social. A memória individual do homem é construída com a ajuda da memória coletiva e esta por sua vez é enquadrada pelas estruturas sociais.

Quando recordamos, partimos do presente, do sistema de ideias gerais que está sempre ao nosso alcance, da linguagem e dos pontos de referência adotados pela sociedade, ou seja, de todos os meios de expressão que ela

14 Dulce Maria Cardoso (*Retorno*) e Isabela Figueiredo (*Caderno de Memórias Coloniais e A Gorda*) são duas autoras que pertencem a este grupo de pessoas nascidas em África e que regressam a Portugal na adolescência. As suas obras abordam a problemática da geração dos pais que se sentem despojados de todos os seus bens e direitos, e da geração mais nova que se sente primeiro sem terra, depois rejeitada pela sociedade de acolhimento, e que acaba por sofrer o trauma do regresso, reprimindo a sua dor e o seu trauma. Aida Gomes com *Os Pretos de Pousaflores* (2011) é uma representante dos repatriados de origem africana, um grupo que se sente duplamente rejeitado pela sociedade. A *Noite das Mulheres Cantoras*, de Lídia Jorge, e *Até que as Pedras se Tornem Mais Leves que a Água*, de António Lobo Antunes, são exemplos de romances de autores portugueses exteriores a este grupo social que também abordam esta questão.

coloca à nossa disposição, e combinamo-los de forma a recuperar este ou aquele pormenor de figuras ou acontecimentos passados e, em geral, dos nossos estados de consciência no passado (Halbwachs, 1925, p. 34).¹⁵

Ainda segundo o mesmo autor:

Todas as recordações, por mais pessoais que sejam, mesmo as de acontecimentos testemunhados apenas por nós, mesmo as de pensamentos e sentimentos não ditos, estão relacionadas com um conjunto de noções possuídas por muitos outros, com pessoas, grupos, lugares, datas, palavras e formas de linguagem, com raciocínios e ideias, ou seja, com toda a vida material e moral das sociedades de que fazemos ou fizemos parte (Halbwachs, 1925, p. 51-52).¹⁶

Assim não admira que Manuel Loff afirme que “o processo social de reconstrução da memória coletiva tem acompanhado (...) a cronologia da evolução política, social e cultural” (Loff, *apud* Ruivo, 2024, p. 2). Ou seja, podemos concluir que, ainda que ligada ao passado, a memória é sempre influenciada pelo presente e que esta é também eminentemente política. Se por um lado os dados que temos para construir a memória individual e coletiva estão ao nosso dispor na sociedade, esta tem também o dever de nos fornecer os elementos para que possamos ir alimentando essa memória e não a deixar desaparecer. A memória histórica, ou de forma mais geral, cultural, deve ser transmitida à sociedade contemporânea e às gerações futuras, porque sem a memória da sua história, um povo não pode pensar-se a si próprio e projetar-se no futuro. Esta memória é, em princípio, transmitida principalmente de forma institucional (através das escolas, dos museus, das comemorações oficiais, dos monumentos, etc.), mas também de forma mais difusa, como as referências aos acontecimentos através de produtos culturais (literatura, cinema, escultura, monumentos evocativos no espaço público, programas de televisão, etc.). Todavia a escolha dos elementos privilegiados e do ponto de vista de como eles são apresentados à sociedade é um elemento essencial nessa construção da memória, que é claramente influenciado pelos indivíduos que tomam essas decisões, mas também pelas instituições estatais e pelas ideologias que as enformam. Tanto se pode ter como objetivo cultivar a memória de determinados factos como o seu esquecimento.

Formas habitualmente utilizadas pelo estado para perpetuar a memória

15 Quand nous nous souvenons, nous partons du présent, du système d'idées générales qui est toujours à notre portée, du langage et des points de repère adoptés par la société, c'est-à-dire de tous les moyens d'expression qu'elle met à notre disposition, et nous les combinons de façon à retrouver soit tel détail, soit telle nuance des figures ou des événements passés, et, en général, de nos états de conscience d'autrefois.

16 Tout souvenir, si personnel soit-il, même ceux des événements dont nous seuls avons été les témoins, même ceux de pensées et de sentiments inexprimés, sont en rapport avec un ensemble de notions que beaucoup d'autres que nous possèdent, avec des personnes, des groupes, des lieux, des dates, des mots et formes de langage, avec des raisonnements aussi et des idées, c'est-à-dire avec toute la vie matérielle et morale des sociétés dont nous faisons ou dont nous avons fait partie.

são intervenções no espaço público, através da construção de monumentos e da toponímia.¹⁷ Durante o período revolucionário foram (parcialmente) substituídos na toponímia os nomes mais diretamente ligados à ditadura, sendo o exemplo mais evidente a alteração do nome da primeira ponte sobre o Tejo, de Ponte Salazar para Ponte 25 de Abril. O poder autárquico é responsável pelos monumentos que foram sendo erigidos em memória da revolução, dos seus valores ou daqueles que lutaram por eles. A importância concedida a esse aspeto depende em grande medida da orientação política das autoridades camarárias e do momento histórico-político que o país

¹⁷ Sentido etimológico de “monumento” é precisamente fazer lembrar, fazer pensar (do latim *monumentum*, de *monere*).

imagem 4

Homenagem a Salgueiro Maia no Largo do Carmo, Nuno Correia / CML; Praça da Liberdade de Fernando Távora em Viana do Castelo.



Como referi, as narrativas dos dias turbulentos do processo revolucionário e do seu final não são consensuais. Precisamos, por isso, de refletir sobre quem transmite uma determinada imagem da revolução e quando, porque sabemos que a imagem ou narrativa da revolução que nos é apresentada pelas instituições é também o resultado de uma luta entre narrativas e que estas podem variar na escolha do que querem destacar em função dos atores que têm o poder de fazer essa escolha. O historiador Luís Farinha afirma-o claramente:

Na atualidade o direito à memória é uma reivindicação de dois campos radicalizados – um sustentado pela historiografia vinculada à condenação da Ditadura e valorização da democracia social; o outro sustentado pela historiografia que iniciou a revalorização de certos aspectos da Ditadura e que se repercute pela valorização dos regimes fortes e autoritários (Farinha, apud Ruivo, 2024, p. 14).

Historiadores como Manuel Loff ou Luís Farinha identificaram três fases na forma como a memória da revolução é apresentada (Ruivo, 2024, pp. 14-15). A primeira fase coincide com “o período revolucionário de 1974-1975 em que, a par do desmantelamento do Estado autoritário se verifica um consenso relativamente à condenação política e simbólica do passado ditatorial” (Ruivo, 2024, p. 2). O segundo momento iniciou-se após estes dois anos e coincidiu com a vitória das forças moderadas que tomaram o poder após o 25 de novembro de 1975, cujo espírito se traduz na expressão de “normalização”. Segundo vários historiadores, este período foi marcado precisamente por um movimento de cicatrização colectiva das feridas infligidas pelos momentos violentos dos momentos fundadores da história, o que designam por um momento “marcado pela prioridade dada à pacificação da sociedade e à reconciliação com o passado” (Raimundo, apud Ruivo, 2024, p. 3). Os caprichos da história fizeram com que as forças políticas que chegaram ao poder depois do 25 de novembro de 1975, embora democráticas, coincidissem com a direita e a extrema-direita na condenação dos excessos revolucionários da esquerda comunista e da extrema-esquerda, o que facilitou, segundo alguns historiadores como Francisco Bairrão Ruivo, Fernando Rosas e Manuel Loff, por exemplo, o facto de os excessos que dominaram as narrativas da revolução terem sido os da esquerda, silenciando os excessos da extrema-direita, que causaram mais derramamento de sangue que os acontecimentos de 1974 e 1975.

O papel de manter a memória viva no espírito da coletividade cabe ao Estado no seu conjunto, mas a comunidade também tem uma palavra a dizer, corrigindo ou propondo perspetivas diferentes das dos deten-

tores do poder. O terceiro ciclo da memória da revolução começou na viragem do século XXI e corresponde exatamente a um ciclo influenciado pela sociedade civil. Nasce da indignação daqueles que lutaram contra a ditadura durante o Estado Novo e que sentem que a memória da resistência está a ser apagada (Farinha apud Ruivo, 2024, p. 3). Sob o seu impulso, foram criados o Museu Nacional da Resistência e da Liberdade, em Peniche, antiga prisão de presos políticos (cujo edifício estava prestes a ser vendido para a construção de um hotel de luxo) e o Museu Municipal do Aljube, em Lisboa, também antiga prisão de presos políticos, no centro histórico de Lisboa [imagem 5].



imagem 5
Museu do Aljube, Lisboa (2023).
Fotografia de José Frade.

Mas também se manifestam através da sociedade civil as tensões não resolvidas daquilo a que António de Spínola chamou a maioria silenciosa, daqueles que não se reconheceram na revolução e na evolução democrática e igualitária da sociedade. A tensão era grande e continuou a crescer. Para além da violência física cometida contra as instalações e os membros do PCP e dos partidos de extrema-esquerda, até 1978, estes elementos da sociedade continuaram a tentar apagar os males da ditadura e a denegrir ou mitigar os benefícios de uma sociedade livre

e democrática. Uma das formas de que se reveste essa negação dos valores democráticos que a revolução instituiu é a veneração da figura do ditador. Francisco Bairrão Ruivo explora o tema no seu artigo “Entre a revolução e a ‘normalização’: A cabeça de Salazar” (Ruivo, 2024) em que trata o modo como se lidou com a estátua de Salazar em Santa Comba Dão, vila natal do ditador, entre 1975 e 1978, numa luta entre os que a queriam derrubar e os que a queriam repor. Mas a polémica em torno de Salazar não se fica por aí: em 2019, foi apresentada uma candidatura para a construção de um museu em memória do ditador na mesma vila. A candidatura foi rejeitada em 2019 e depois aceite, como centro interpretativo do Estado Novo, com inauguração anunciada para 2023 (que não ocorreu). Salazar foi, aliás, eleito pelos telespectadores como o maior português de todos os tempos, com 41% dos votos, num concurso televisivo intitulado "Grandes Portugueses" (Público, 26.03.2007). A 23 de abril de 2024, durante as comemorações do cinquentenário, o artista plástico Bordalo II age em sentido contrário, colocando uma caixa de medicamento chamado *Liberdade*, com a indicação “probiótico antifascista” e “gratuito” sobre a campa do ditador **[imagem 6]**.

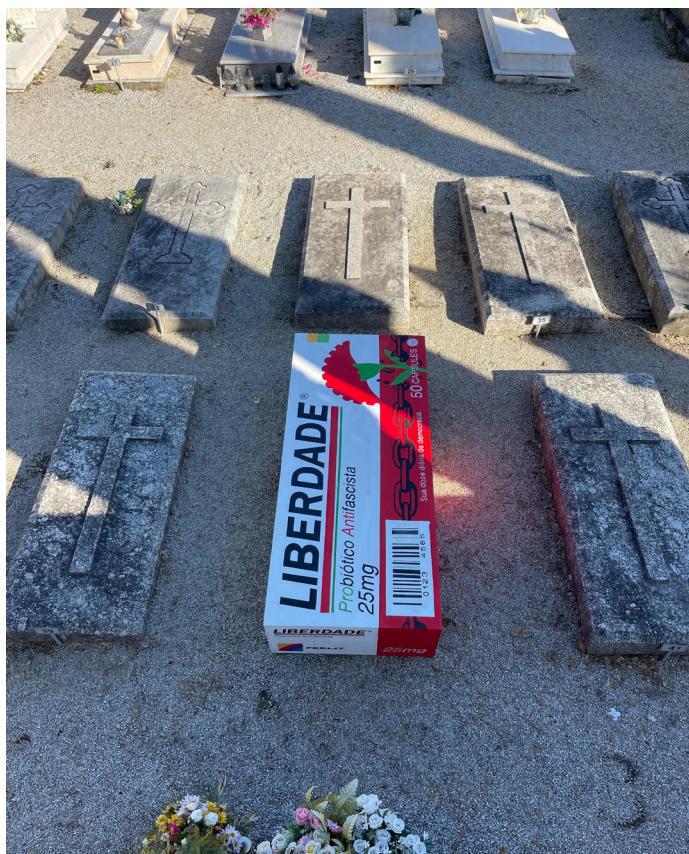


imagem 6

Liberdade: Probiótico Antifascista (2024).
Obra de Bordalo II.

O *slogan* do Estado Novo, “Deus, Pátria, Família”, foi retomado pelo partido de extrema-direita, com o acréscimo de “Trabalho”. Um inquérito recente financiado pela FCT (Fundação para a Ciência e Tecnologia)

[...] tentou medir a nostalgia do antigo regime entre os eleitores dos vários partidos. Concluiu que os apoiantes do Chega, o partido de extrema-direita, são os que mais acreditam que Portugal estava melhor até 1974, que Salazar foi um dos melhores líderes da história, que os políticos portugueses devem seguir os ideais de Salazar e que havia mais liberdade antes da revolução de 25 de abril. Com o tempo, a “vacina” contra os legados autoritários desvanece-se [...] (Expresso, 08.03.2024).

Alerta o autor do estudo, Luca Manucci, que dirige o projeto de investigação POLAR (Back to the future? Populism and the Legacies of Authoritarian Regimes).

Outro episódio revelador destas tensões não resolvidas foi o episódio da não atribuição de uma pensão ao herói principal da revolução, Salgueiro Maia. Este tinha pedido uma pensão por atos meritórios prestados ao país e o governo em função (do centro-direita, dirigido pelo primeiro-ministro Cavaco Silva) nunca lhe deu uma resposta (que é outra forma de responder) e atribuiu depois o mesmo tipo de pensão a dois antigos agentes da polícia política (PIDE).¹⁸ No seu romance *Os Memoráveis*, dedicado precisamente à memória da revolução, Lídia Jorge trata o tema com grande ironia, indicando um motivo para essa diferença de procedimento:

“O conselheiro disse entre dentes. Sussurro. É que os primeiros defenderam o Império, enquanto aquele rapaz desfez o Império. Só que este argumento existe mas não deve constar por aí. Depois em voz bem audível, pois havia um cortejo à espera, tinha dito.” (Jorge, 2014, p. 254).

Este excerto introduz outro tema sobre o qual ainda não existe na sociedade um consenso isento de polémicas: o antigo império colonial a que a revolução pôs fim¹⁹ e o discurso sobre a história do império, glorioso para uns, condenável para outros. A divisão política que acompanha essa fratura social é facilmente identificável grosso modo entre a direita, os primeiros, e a esquerda, os segundos, ainda que haja seguramente exceções nos dois campos políticos.

A mais recente polémica sobre a memória da revolução incide na data do fim do processo revolucionário, o 25 de novembro de 1975, que alguns

¹⁸ Salgueiro Maia veio a receber postumamente a referida pensão, atribuída à viúva, por um primeiro-ministro socialista, António Guterres.

¹⁹ Na sequência das guerras de independência travadas em Angola, Moçambique e Guiné.

setores da direita querem elevar à mesma importância histórica que o 25 de Abril de 1974. Este ano, pela primeira vez, a data foi comemorada oficialmente pelo Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Carlos Moedas (PSD).

Conclusão

Em jeito de conclusão gostaria de salientar que a transição democrática do país, apresentada por uns como incompleta, pois o 25 de novembro e todo o contexto internacional de guerra fria vieram impedir que o processo chegasse ao termo que desejavam, apresentada por outros como momento de caos e confusão em que vingaram as pulsões de vingança e a inconsciência generalizada de políticos e população que levaram as reservas de ouro do país e o colocaram numa posição económica lamentável, é vista, apesar destas diferenças extremadas de opinião, por 85% dos portugueses como motivo de orgulho, ou seja, parece que uma percentagem importante da população portuguesa encontrou um chão comum na forma de ver esse acontecimento maior da história nacional.²⁰ Gostaria ainda de salientar que os programas comemorativos do cinquentenário permitiram a discussão alargada do tema e vieram lembrar a quem nasceu depois que aquilo que hoje se toma por adquirido – igualdade de oportunidades (pelo menos legal) sem discriminação de género, classe ou etnia, liberdade para exprimir a sua opinião e militar pelas causas que lhe são caras, acesso generalizado à saúde e à educação, melhoria substancial do nível de vida – é relativamente recente. Sobretudo tornou-se claro que só no último meio século foram tomadas em consideração a dignidade e o futuro de todos os cidadãos e cidadãs. Por outro lado, esse período conturbado foi uma exceção na história recente do país, em que muitos se abstêm de lutar por desígnios comuns a todo o povo, pois foi um momento de esperança coletiva, de ação frenética, embora talvez nem sempre bem coordenada, em que se tentou “inventar a existência segundo a fantasia de superar a distância que vai do fundo da caverna ao sol” e em que “H[ouve] vontade de escancarar as portas do impossível”.²¹

²⁰ Inquérito encomendado pelo jornal Expresso e pelo canal de televisão SIC, realizado por uma equipa do ICS/ISCTE, em parceria com a comissão comemorativa dos 50 anos da revolução e publicado nesse jornal a 18.04.2024.

²¹ Voz off de *Bom Povo Português*.

Bibliografia

- Almeida, A. N. (2011). *História da Vida Privada em Portugal: Os Nossos Dias*. Maia: Círculo de Leitores.
- Andresen, S. M. B. (2015). “25 de Abril”, *Obra Poética*. Porto: Assírio e Alvim. (O Nome das Coisas, 1997).
- Bessa-Luís, A. (2007). *As Chamas e as Almas. Crónica do Cuzado Osb.* Lisboa: Guimarães Editora (1ª ed. 1976).
- Freeman, M. (2010). “Telling Stories: Memory and Narrative”, In Susannah Radstone & Bill Schwarz (eds.), *Memory: Histories, Theories, Debates*. Fordham University Press. pp. 263-280.
- Halbwachs, M. (1925). *Les Cadres sociaux de la mémoire*. Paris: Félix Alcan.
- Jorge, L. (1995). *O Dia dos Prodigios*. Lisboa: Publicações Dom Quixote (1ª ed. 1980).
- Jorge, L. (2014). *Os Memoráveis*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Pires, J. C. (1987). *Alexandra Alpha*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Medeiros, I. (2006). *Cartas a Uma Ditadura*. Documentário. Produção Sérgio Tréfaut.
- Ricoeur, P. (2000). *La mémoire, l'histoire, l'oubli*. Paris: Seuil.
- Ruivo, F. B. (2024). “Entre a revolução e a ‘normalização’: A cabeça de Salazar”, *Cadernos do Arquivo Municipal*, 2ª série, nº 21, pp. 1-19.
- Simões, R. (1981). *Bom Povo Português*. Documentário. Produção VirVer.
- “Sondagem Expresso/SIC : 25 de Abril é o dia mais importante da história de Portugal /e resiste à polarização”, Expresso, 18.04.2024. <https://expresso.pt/50-anos-25-de-abril/2024-04-18-sondagem-expresso-sic-25-abril-e-o-dia-mais-importante-da-historia-de-portugal--e-resiste-a-polarizacao--88d0cd0b>
- [https://gulbenkian.pt/biblioteca-arte/read-watch-listen/a-poiesia-esta-na-rua/](https://gulbenkian.pt/biblioteca-arte/read-watch-listen/a-poesia-esta-na-rua/)
- <https://purl.pt/19841/1/1970/1970.html>
- <https://leitor.expresso.pt/semanario/semanario2671/html/primeiro-caderno/a-abrir/opiniao/a-voz-do-povo-1 04.01.2024>